



O trabalho como estratégia de socialização na infância

Ana Cecília de Sousa Bastos¹

Resumo

Responsabilidade é um tópico freqüente na literatura sobre socialização, designando metas e tarefas de desenvolvimento ou mudanças de caráter evolutivo relativas ao manejo independente de uma situação-problema pela criança. A idéia de competência e a meta de desempenho autônomo e auto-regulado são dimensões comuns na abordagem desse conceito. O estudo da responsabilidade envolve também papéis individuais e a hierarquia de obrigações no grupo. Como emerge essa “responsabilidade” frente aos problemas da vida cotidiana coletiva do grupo familiar? O pressuposto básico desta investigação era o de que a descrição de tarefas no âmbito da casa pode ser tomada como um eixo privilegiado para o estudo de interações sociais no grupo familiar. A presente análise focaliza o significado do trabalho como uma estratégia de socialização apropriada se a criança é pobre. Descreve-se a configuração particular que a divisão do trabalho doméstico assume na vida cotidiana de dez famílias de um bairro popular de Salvador, Bahia.

Palavras-chave: Contexto familiar, socialização, trabalho doméstico, pobreza.

Abstract

Work as a strategy of socialization in childhood.

Responsibility is a frequent issue in literature about socialization, connected with developmental goals and tasks or developmental changes, such as the independent management of a problem by the child. The idea of competence and the goal of autonomous and self-regulated performance are common dimensions in approaching the concept of responsibility. The study of responsibility also involves individual roles and the hierarchy of obligations within the social group. How does responsibility emerge when confronting the daily life problems of the family? At the origin of this study, there is the belief that descriptions of the household tasks could be taken as the main axis for the study of social interactions in family group. My analysis focuses the meaning of work as a strategy of socialization, suitable for poor children, on the basis of descriptions of the particular configuration of domestic labor in daily life of ten families from a poor neighborhood in Salvador, Bahia.

Keywords: Family context, socialization, domestic labor, poor conditions.

Introdução

A relação entre trabalho e desenvolvimento tem sido abordada na literatura a partir de uma multiplicidade de focos de interesse, perspectivas teóricas e estratégias metodológicas. No que pese tal diversidade, já se pode perceber um claro destaque ao valor da experiência em torno do trabalho, na infância e no âmbito da família, para diferentes dimensões do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento social e cognitivo. O objeto da presente reflexão é o trabalho realizado no âmbito da família, seja o trabalho doméstico ou o trabalho como fonte direta de renda; trata-se também do envolvimento de crianças com tarefas, problemas e decisões que interessam à sobrevivência do grupo familiar como um todo.

Os aspectos quantitativos e qualitativos da organização do trabalho na família só podem ser entendidos se assumida sua dependência em relação ao contexto cultural, histórico. No Brasil, os estudos sócio-antropológicos sobre a família, na linha de autores como Alba Zaluar e Klaas Woortman, permitem apontar de forma sintética as implicações desse pressuposto:

1. a luta pela sobrevivência domina o cotidiano de uma maioria de famílias brasileiras, pobres e miseráveis, que são mais vulneráveis a mudanças conjunturais;
2. o impacto da pobreza e da miséria sobre os indivíduos só pode ser compreendido se a família for o foco da análise, pois é aí que se socializam as chances individuais de participação no mercado de trabalho, de aferição de renda e acúmulo de posses;
3. a família representa o eixo de organização do espaço social imediato dos indivíduos, facilitando seu ajuste às dificuldades da vida (especialmente quanto os serviços sociais são precários);
4. há uma interdependência entre contexto cultural e organização familiar.

O pertencer à família, grupo social primário, completa-se, assim, pelo desenvolvimento da responsabilidade, na medida em que a criança responde a demandas, aprende a estar à altura de expectativas grupais e deixa que se expressem nela, indivíduo, projetos coletivos da família.

Não há nessa colocação nenhuma novidade; basta lembrar a etimologia da palavra **Família**, que vem do latim *família* (de *famula*), referindo

o conjunto dos escravos da casa; os escravos; a casa, todas as pessoas ligadas a qualquer grande personalidade [por extensão, além dos servos, a mulher e os filhos; a palavra para as relações por consangüinidade é *gens* - minha gente]; casa de família; figura: corpo, seita, escola". Familiar, do latim *familiare*, é o "que faz parte dos escravos da casa; da casa, da família, **doméstico**; amigo da casa, familiar, íntimo; amigável, confidencial, íntimo; habitual; relativo ao estado, à terra, à casa (**Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**, de José Pedro MACHADO).

São muitas as abordagens possíveis em torno do trabalho na infância – desde o “dignifica o homem” ao envergonhar um país... Mesmo assim, apenas começa a ser compreendido o impacto do trabalho como eixo em torno do qual a vida familiar se organiza. Vou optar por destacar alguns aspectos mais importantes:

1. O trabalho infantil é parte integrante do cotidiano das famílias e assume diferentes formas, incluindo o trabalho doméstico, de natureza controvertida.

2. O trabalho doméstico, segundo Goodnow (1989), tem as seguintes características definidoras: o local onde se realiza; o não ser remunerado; o ser feito, usualmente, por mulheres; as características intrínsecas à tarefa – é invisível, repetitivo, subvalorizado, desfeito logo após ser terminado, interminável, resistente à mudança e a ser transferido para outrem que não o responsável usual; o ser feito em família, envolvendo sentimentos fortes de satisfação ou insatisfação, e interligando-se com relações interpessoais (GOODNOW, BOWES, WARTON, DEAWES e TAYLOR, 1991).

Dessas características (especialmente da última) decorre o fato de que o trabalho doméstico se torna, talvez mais que outras formas de trabalho, veículo para expressão de amor e afeto, para reivindicação de direitos (como o de ser cuidado por outrem) e para negociar equidade no acesso a bens e privilégios, desde o espaço das relações interpessoais mais íntimas.

Em sua definição, o trabalho doméstico aproxima-se do conceito de prática cultural assumido por Goodnow (1993), com base em propriedades particulares que uma prática assume:

- a) ocorrência freqüente, tendendo à rotinização e padronização.
- b) interligação com ações de outros, o que maximiza sua ocorrência, contribuindo para que seja vista como mais “natural” (*taken-for-granted*) e menos aberta a mudanças.
- c) maior probabilidade de aprovação social.
- d) explicitação de idéias acompanhando padrões de participação considerados apropriados para novos membros do grupo social.
- e) tendência a ser partilhada, sendo apresentada pela maior parte dos membros de um grupo (critério básico para uso do termo *prática cultural* ou *prática social*).
- f) origem numa história de aprendizagem e desenvolvimento, adquirindo valor de sobrevivência para o grupo social como um todo.

Em comparação com estudos realizados em outros lugares e em diferentes épocas (ROGOFF e col., 1975; THRALL, 1978; GOODNOW e WARTON, 1991), nota-se que a participação da criança em famílias brasileiras cobre um leque mais extenso e variado de atividades, em diversos domínios da vida cotidiana, causando uma indignação nem sempre insuspeita nos países do Primeiro Mundo.

É controvertido o valor evolutivo do trabalho doméstico, e os efeitos de uma presumida dignificação do homem pelo trabalho, posta como valor universal.

Na literatura, há registro do uso do trabalho doméstico como estratégia de socialização, envolvendo desde a preparação para o trabalho (aquisição do senso de responsabilidade e da dignidade do trabalho) até o desenvolvimento do interesse altruísta, do comportamento de ajuda e o crescimento da independência. De qualquer forma, o engajamento de crianças nestas tarefas representa muitas vezes sua primeira experiência com a divisão do trabalho e com as relações interpessoais aí implicadas. Goodnow e Delaney (1989) exemplificam que é aí que a criança faz discriminações importantes, como por exemplo categorias de trabalho versus categorias de relacionamento: toda mãe já reivindicou, em algum momento, que seus filhos distinguíssem mães de robôs ou de criados, casas de hotéis.

Além disso, o engajamento em tarefas no âmbito doméstico envolve a aquisição de múltiplas habilidades, representando uma ocasião rica para investigar tópicos centrais no desenvolvimento: o interesse por outros; a forma como habilidades e valores estão envolvidos nos modos de o adulto ensinar o desempenho de tarefas e desenvolver responsabilidade; explorar aprendizagem orientada pelo adulto, no sentido de Rogoff e outros; a iniciação em papéis da vida adulta; o crescimento da autonomia; as agendas e tarefas evolutivas na visão dos pais; e o próprio impacto de mudanças históricas nos conceitos prevalentes de crianças e de suas obrigações em relação à unidade familiar.

“Responsabilidade” é um tópico freqüente na literatura sobre socialização, designando metas e tarefas de desenvolvimento ou mudanças de caráter evolutivo relativas ao manejo independente de uma situação-problema pela criança (Goodnow e Collins, 1990). A idéia de competência e a meta de desempenho autônomo e auto-regulado são dimensões comuns na abordagem desse conceito.

O estudo da responsabilidade envolve também papéis individuais e a hierarquia de obrigações no grupo. Como emerge essa “responsabilidade” frente aos problemas da vida cotidiana coletiva do grupo familiar? De que forma a criança participa nas tarefas necessárias à sobrevivência do grupo familiar? Até que ponto essa participação pode ser descrita como uma “via de acesso” à condição de membro da família, em igualdade crescente de condições com o adulto?

Questões como estas foram investigadas em um estudo sobre a vida cotidiana de dez famílias de baixa renda, em um bairro popular de Salvador, Bahia. Na análise de relatos obtidos em situação de entrevistas conduzidas periodicamente, ao longo de aproximadamente dez meses, foram focalizados: (a) o significado do trabalho como uma estratégia de socialização vista como apropriada às classes pobres; (b) as justificativas parentais contidas na descrição da participação da criança em práticas culturais em curso no ambiente familiar; e (c) a amplitude e qualidade dessa participação.

O pressuposto básico desta investigação era que a descrição de tarefas no âmbito da casa pode ser tomada como um eixo privilegiado para o estudo de interações sociais no grupo familiar, permitindo o acesso a práticas culturais em curso nesse contexto. A presente análise focaliza a primeira das dimensões

explicitadas acima: o significado do trabalho como uma estratégia de socialização apropriada se a criança é pobre; será descrita a configuração particular que a divisão do trabalho doméstico assume na vida cotidiana das dez famílias citadas.

O trabalho no cotidiano da família

A luta pela sobrevivência domina o cotidiano da imensa maioria das famílias brasileiras que vivem em condições de pobreza e de miséria; este cotidiano inclui as práticas de criação de filhos. Este espaço, no entender de Arroyo (1991, p.97), é dominado pelo “supremo princípio do trabalho: o novo valor na edificação do lar e na construção de novos papéis familiares. O novo inquilino dos lares das camadas populares foi o trabalho; entrou sem pedir licença e se impôs como senhor dos [seus] exíguos tempos e espaços”.

Os exemplos a seguir são extraídos desse cotidiano.

Na família de D. Rosa, uma mulher de 52 anos, mãe de 5 filhos, já avó e assumindo a responsabilidade de criar 3 dos netos, a representação da família e as idéias sobre criação de filhos nascem da intensa luta por um melhor nível de vida, constante na trajetória da família desde sua origem rural e no interior até instalar-se na capital. É D. Rosa quem empresta sua voz à formulação do projeto coletivo de família, tão marcado pela meta de ascensão social. Em casa, atualmente, moram, no andar de cima, o casal, uma filha e os três netos, sustentados por D. Rosa; no térreo, há uma lojinha tipo armarinho e um depósito de bebidas onde a família trabalha.

A história de vida de D. Rosa e filhos é marcada por grandes dificuldades financeiras, sempre vencidas em parceria. Sócios em projetos conjuntos com a mãe, os filhos, desde pequenos, participavam das vendas que sua mãe fazia, “de sacola na mão de porta em porta, a gente sofreu junto, muito comigo o dia-a-dia, o trabalho, pra gente vencer. Eu tudo o que tenho agradeço a eles e eles agradecem a mim, porque a gente lutamos junto, né?” (Rosa).

É esta a primeira idéia sobre família, uma representação definida pela parceria no trabalho e pelo trabalho intenso: uma luta, na qual os parceiros devem ser incondicionalmente leais e solidários (mesmo com assimetrias, a exemplo da desigual participação de adultos e crianças).

“Ave Maria, eu matava e morria pelos meus filhos, não tinha nada no mundo que eu enxergasse além dos meus filhos, pra mim meus filhos eram tudo na minha vida, até hoje, tudo o que faço é pensando neles”.

Esse modelo de reciprocidade obrigatória é constituído por normas especiais; não deve haver segredos, há uma comunhão de bens:

É toda vida, se eu for fazer uma coisa... Se eu for viajar, o que eu tenho, o que eu devo, tá tudo anotado, ele [o mais velho] sabe quanto eu devo, ele sabe que dia eu vou pagar, tudo tá ali. Ele também, se

tiver apertado a gente é tudo junto, um ajuda o outro pra gente vencer, não tem negócio de esconder, de segredo. É tudo nos pratos na mesa (Rosa).

“A gente é tudo junto”: essa fala sintetiza bem o modelo de identidade partilhada descrito por Nicolaci-da-Costa (1989), no qual só o cumprimento das obrigações para com a família e a obediência às normas de reciprocidade conferem ao indivíduo uma identidade.

A parceria com os filhos se dava tanto nas vendas como nas tarefas domésticas. D. Rosa relaciona essa forma de organizar o cotidiano às circunstâncias de sua vida, especialmente àquelas determinadas pela situação financeira da família: o marido que ganhava pouco em seu emprego, obrigando a buscar outras formas de complementar a renda. Havia uma estrutura de organização de tarefas gerenciada por D. Rosa. Aqui, transparecem estratégias pedagógicas apoiadas no trabalho intenso e contínuo. O trabalhar cotidianamente seria a via mais segura para ter filhos responsáveis e bem criados: “Eles sempre trabalhou. Ah! Desde cedo cada um fazia alguma coisa. Meus filhos foram criados todo mundo trabalhando”.

Os filhos, inclusive os homens, sabem fazer de tudo: cuidar da casa, cozinhar. Ela considera desejável que os meninos participem das tarefas domésticas, mas apenas dentro da idéia genérica de que alguém deve saber fazer de tudo na vida, “para vencer”. Não se trata, contudo, de uma tarefa obrigatória, tal como se coloca para as meninas. Os meninos atuaram mais, desde cedo (10, 12 anos) na atividade de vendas, com a mãe:

Assim um ia vendendo, pra botar meus filhos pra estudar. Aí um ia prum canto, outro ia pra outro, um ia levar mercadoria, outro ia fazer cobrança. [...] É porque era A LUTA, eles foram criados naquela responsabilidade. Ele [o filho mais velho] ia [vender], e quando ele voltava passava na feira, dia de sábado, e já trazia feira. E encostava mais no mais velho: mais velho, mais responsabilidade [...]. O serviço de casa, uma ia limpar a casa, lavar prato, uma semana de uma, uma semana de outro. dividia. Eu ordenava e cada um fazia uma coisa, e eles obedeciam, dividiam. Aos dez anos, cada um já tinha seu compromisso.

D. Rosa, semi-analfabeta, mas a quem “Deus deu o saber”, expressa em sua fala a idéia de família como espaço de expressão da subjetividade, no âmbito privado, contra o anonimato do mundo pós-moderno (BILAC, 1978). Sua experiência de vida lhe confere um saber próprio, de valor inquestionável. Assim, de sua perspectiva, D. Rosa explica o seu ceticismo avaliando que os pais de hoje não sabem o que é certo e o que é errado, não sabem quando ‘chamar a atenção’ das crianças. Além disso, ela percebe que já é mais difícil engajar as crianças em tarefas no âmbito da casa: “Hoje os meninos já estão mais preguiçosos, quer estar mais à vontade na rua, né”?

Na família que D. Rosa projeta e “comanda”, o viver e trabalhar definindo-se mutuamente, assumindo o caráter de uma prática consagrada como natural: **viver é trabalhar**; ou antes: trabalhar é a única forma de viver integrado à sociedade - dentro dos moldes que esta própria dita para as camadas de mais baixa renda:

Quem nasceu rico nasceu, né, quem nasceu em berço de ouro não precisou trabalhar, mas quem não nasceu, e tem vontade de ter alguma coisa tem que trabalhar, né? Agora se deixar pra morrer, Deus não vai jogar de lado, mas a gente tem que dar duro pra Deus ajudar pra gente ter alguma coisa.

Neste caso, como nos demais acompanhados ao longo desta investigação, sobressai, em primeiro lugar, o ritmo intenso de trabalho que caracteriza o cotidiano das famílias, em especial das mulheres - cada vez mais detentoras da função de provedoras do lar. O que é mais grave é que a jornada de trabalho múltipla que caracteriza o cotidiano de mães e avós não garante o atendimento de necessidades básicas, obrigando as mulheres a atividades extraordinárias para complementação da renda familiar. É possível que as mudanças ao nível dos papéis femininos quanto à função de sustento da família, nas famílias mais pobres, estejam se direcionando de um papel apenas complementar para um papel de provedor. Além disso, o papel de provedor, frente às condições de vida e trabalho, parece obrigar crescentemente ao emprego de estratégias alternativas adicionais que permitam uma complementação da renda familiar. Alterações neste plano mais fundamental implicam mudanças na divisão de trabalho doméstico, tendo conseqüências diretas para a qualidade e extensão da participação infantil.

A centralidade do trabalho, também observada por autores como Bilac (1978) e Arroyo (1991), como critério de organização de rotinas familiares, em famílias brasileiras, apresenta-se de forma saliente quando este cotidiano é tomado como objeto de análise.

Vale a pena comentar alguns aspectos específicos que esta centralidade assume no interior das práticas de criação de filhos, conforme identificados na análise realizada.

1. HABILIDADES EMERGENTES DEVEM SER LOGO QUE POSSÍVEL UTILIZADAS PARA GERAR RENDA, EM PROVEITO DA FAMÍLIA.

Assim, no que se refere a significados pedagógicos em torno do envolvimento da criança em práticas neste modo, é interessante notar como o valor atribuído a uma habilidade demonstrada pela criança depende diretamente do quanto esta habilidade possa ser revertida no sentido de produzir e carrear recursos para a

família. Lourdes, frente às habilidades de seu filho Lázaro (16) como pintor e escultor, comenta: “Ele tem assim umas besteiras de arte, de fazer umas coisas de arte, assim, pintar quadros. Eu espero que ele pelo menos faça alguma coisa que... se empregue em alguma coisa, né?” (pintar paredes, pintar carros). Portanto, habilidades emergentes devem ser imediatamente utilizadas para o trabalho e para gerar alguma renda, melhorando os “negócios” da família.

Assim, a criança ainda é vista e valorizada por sua utilidade em termos econômicos, diferentemente da tendência apontada por Ariès (1981); de onde não se pode concluir que o outro significado definidor da concepção contemporânea de criança (*priceless*, sentimentalizada), para esse autor, esteja ausente do contexto de famílias pobres. Numa sociedade complexa como a nossa, não apenas há uma variedade de práticas de criação de filhos, como documentado na literatura (NYE e BERARDO, 1973), mas cada variedade é, por si mesma, múltipla o bastante para representar um desafio teórico e metodológico, para os que busquem compreendê-la. Certamente mais de um tipo de justificativa comparece à atribuição de qualquer tarefa.

2. ENSINAR UM OFÍCIO É AINDA ATRIBUIÇÃO DOS PAIS

A explicitação de intenções e estratégias pedagógicas justificando a inserção da criança em determinada prática, do ponto de vista dos pais, envolve alguns significados diferentes. O primeiro deles, a iniciação no aprendizado de um ofício, é ilustrado por Lourenço, pai de Roberto. Este pai não considera que esteja **ensinando** quando “leva junto” o filho ao local de trabalho, com a intenção explícita de propiciar que ele observe a sua atividade: “Levo pra ele ficar vendo eu trabalhar”.

No entanto, enuncia, a seu modo, uma variante do princípio de aprendizagem vicariante: “Quem **olha** aprende mais do que quem tá fazendo”.

A transmissão oral de um saber ligado à educação - uma educação para o trabalho - é a referência para Lourenço: foi assim que ele aprendeu do próprio pai. Acredita que aprendeu porque “era interessado”, ficava olhando como o pai fazia; e conclui: “Aprendi **por curiosidade**. Ói, eu acho que deve saber de pequeno, porque eu me fiz com 16 anos”.

Na verdade, ao lado dessa crença no “aprender observando”, a descrição da prática revela que Roberto fez mais do que olhar: identificou ferramentas e as entregou ao pai, quando necessário, ficando disponível para qualquer ajuda que se fizesse necessária.

3. “O ÓCIO É A OFICINA DO CAPETA”.

Um outro significado de conotação pedagógica está presente na justificativa apresentada pela avó de Roseane: trata-se do engajamento no trabalho como alternativa à permanência da criança na rua, ociosa e exposta às “más companhias”.

Está presente aqui a preocupação quanto às características do contexto urbano imediato, tão forte entre as mães entrevistadas. De uma outra maneira, esta preocupação aparece também quando Tatiana toma conta dos itens que a mãe expõe à venda, na janela da casa, para evitar possíveis furtos por alguém da vizinhança. A vizinhança representa apoio social, é fonte de amizades, troca de favores, e por vezes ocasião de lazer; no entanto, é também via de acesso imediato a uma experiência de violência que a rua representa.

4. CUIDAR DA CASA PARA QUE A MÃE POSSA SAIR PARA O TRABALHO

Outros significados são exemplificados pelo caso de Júnior: referem-se ao assumir a responsabilidade pela casa - tomar conta, ser o guardião da chave da casa, resolver todos os eventuais problemas, rotineiros ou circunstanciais - de modo que a mãe possa sair para o trabalho.

Por fim, um conteúdo presente em quase todos os exemplos, quanto às circunstâncias apontadas como ensejando o engajamento da criança em determinadas práticas (MP-1), é o objetivo de complementar uma renda insuficiente.

Torna-se importante abordar o trabalho doméstico infantil levando em consideração que este se define em relação a outras pessoas da família, dependendo, também, de eventos específicos afetando a unidade familiar como um todo.

Exemplo típico é o da mãe que busca uma ocupação remunerada no mercado de trabalho, passando o filho a substituí-la nos ofícios domésticos (PÉREZ, 1990; MACHADO NETO, 1984). Eventos ligados a trabalho externo são particularmente importantes, quando se trata de famílias pobres: estudo conduzido por Bilac (1978) junto a famílias de trabalhadores na cidade de São Paulo, conclui que a interdependência entre trabalho doméstico e trabalho em situação de mercado chega a ser um pressuposto essencial à organização da vida familiar.

Nesse tipo de situação, a participação da criança cobre um leque extenso e variado de atividades, em diversos domínios da vida cotidiana. Analisando o trabalho da criança e da adolescente em famílias proletárias de Salvador, Bahia, Machado Neto (1984) registrou a participação em atividades desempenhadas dentro do grupo doméstico (a elaboração de meios diretos para sobrevivência do grupo, como preparo de alimentos, limpeza, cuidado das crianças menores); fora do grupo doméstico (serviços vários prestados a terceiros de modo direto e no espaço da vizinhança, pago sob a forma de moeda, insumos e bens de uso) e no assim chamado “mercado informal” (biscates, vendas, geralmente tendo a rua como local de atuação).

Por um outro lado, a própria permanência da família como uma unidade parece depender, em parte, da participação de seus membros em diversas rotinas cotidianas. Moura (1991, p.169), a partir da análise de casos de famílias de meninos de rua, conclui que a probabilidade de o grupo familiar manter-se estruturado é incompatível com sentimentos de sobrecarga e exploração por parte de seus integrantes:

Faz-se necessário que as pessoas sintam que a distribuição de responsabilidades e os esforços para o coletivo sejam compartilhados de uma forma considerada justa. Entende-se, logo, que a maneira pela qual os componentes de uma família participam das atividades domésticas dizem muito do seu grau de interdependência [...]. As famílias mais integradas são aquelas que apresentam o maior nível de cooperação e distribuição das tarefas domésticas. Quanto menos atividades em comum, menos interação entre os membros, mais enfraquecimento dos vínculos, até que se extinguem. Portanto, a participação de todos os membros deve ser encarada como um importante aspecto do equilíbrio familiar.

5. A ATRIBUIÇÃO DE TAREFAS A CRIANÇAS É ORIENTADA POR UMA ADEQUAÇÃO DE SEU NÍVEL DE COMPLEXIDADE À IDADE DA CRIANÇA SE, E SOMENTE SE, ESTIVEREM DISPONÍVEIS NA FAMÍLIA OUTRAS PESSOAS, ADOLESCENTES OU ADULTOS, QUE POSSAM REALIZAR ESSA TAREFA

A atribuição de tarefas a uma criança vai depender da relação entre idade da criança, circunstâncias e tarefas desempenhadas. Essa relação poderia ser enunciada como uma hipótese, nos seguintes termos: a atribuição de tarefas a crianças é orientada por uma adequação de seu nível de complexidade à idade da criança se, e somente se, estiverem disponíveis na família outras pessoas, adolescentes ou adultos, que possam realizar essa tarefa. Assim, lavar roupas da família, por exemplo, trabalho considerado pesado pelas mães entrevistadas (aliás, a literatura disponível, considerando diferentes culturas, não registra o envolvimento de crianças nesta atividade), é tarefa atribuída a Júnior (7) por sua mãe, cujo cotidiano é de extrema sobrecarga. Maria Lúcia, sua mãe, coloca explicitamente: "Dei uns lençóis pra ele ir lavando, que é pra aliviar minha barra".

Já Paula, que é precedida na hierarquia de administração da casa pela irmã de 18 anos e pela mãe, executa tarefas bem mais simples, e nunca foi vista lavando roupas graúdas para a família; lavar peças de vestuário pequenas, da própria criança, tem significado diferente: é tarefa considerada "leve", de criança, e não instaura a vivência da carência, da necessidade - fazendo-se aqui uma analogia com a observação de Zaluar (1982) para a divisão de responsabilidades entre marido e mulher: a divisão de tarefas entre mãe e filhos pequenos, enquanto prática corrente, "natural", sofre uma ruptura, instaurando-se uma experiência de sofrimento, quando a sobrecarga materna é de tal monta que a mãe (especialmente uma mãe sozinha) perde a possibilidade de adequar uma tarefa à competência, às prioridades evolutivas, enfim: ao *status* próprio do ser criança.

6. O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE POR CAUSAÇÃO DIRETA

Da mesma forma, as mães acreditam que a criança deve assumir a responsabilidade pelo conserto de transtornos que ela própria causou, sem acarretar trabalho extra para a mãe: “Se você bagunçou, você arruma”.

Esta regra pode ser lida como uma expressão do princípio da responsabilidade por causação direta, que é um dos requisitos identificados por Warton e Goodnow (1991) para identificar a ocorrência de padrões ligados à responsabilidade.

7. TRABALHO “LEVE x PESADO”, “DE CRIANÇA x DE ADULTO”, “DE MENINA x DE MENINO”

A aceitação da ajuda da criança envolve também o conceito de trabalho: quando o trabalho infantil começa a ser considerado **trabalho**, e não brincadeira, ou ajuda insignificante? No mesmo raciocínio, inclui-se o conceito de **ajuda**: em que condições a mãe consideraria estar sendo de fato **ajudada**? São especificações de significado que certamente controlam a forma como a mãe responde às questões do entrevistador.

No âmbito de tarefas de limpeza e arrumação (MP-2), o aspecto que propicia uma discussão mais rica envolve, precisamente, as idéias de trabalho “*leve*” e “*pesado*”, trabalho “*de adulto*” e “*de criança*”, “*de menino*” ou “*de menina*”, engastadas no universo cultural do grupo social de referência, e com expressão própria no plano da cultura pessoal (no sentido proposto por Valsiner, 1987, 1994a). Essas idéias se agrupam na dependência de circunstâncias específicas, entre as quais a sobrecarga materna se destaca para aquela realidade particular. Assim, crianças devem fazer trabalhos mais “*leves*”, sendo suas próprias características levadas em consideração na atribuição da tarefa, se outros planos não se sobrepuserem. Esse plano é ditado pela difícil luta para sobreviver, exigindo uma multiplicação dos esforços para carrear recursos, decididamente deslocando a mãe para a esfera do trabalho externo ao lar, e pela ordem das rotinas domésticas cotidianas (e aqui elas se mostram, enquanto práticas culturais, em sua característica de resistir a mudanças; se adaptações têm que ser feitas, envolvem-se outros membros da família, mas aquela rotina - especialmente quando se volta para a alimentação - deve ser cumprida).

Mais uma vez, vale ressaltar que a atribuição de tarefas excessivas à criança coexiste com inúmeras outras práticas que podem exemplificar a consideração do *status* próprio da infância - de acordo com as representações de infância presentes no grupo social de referência, certamente. E o natural é que crianças brinquem, como afirma a mãe de Tatiana. Por outro lado, mesmo quando forçada pelas circunstâncias a atribuir um trabalho *pesado* ao filho, há outras dimensões da situação nas quais se pode perceber que a mãe avalia as condições do filho para executar a tarefa: o nível de responsabilidade sobre a tarefa (eventual e complementarmente

realizada), ou arranjos no sentido de intercalar a realização da tarefa com a possibilidade de brincar (também presentes no exemplo de Júnior, que pode escolher quando lavar os lençóis em função do jogar futebol com os amigos).

Um outro aspecto a indicar o quanto é complexa esta prática, apenas considerando a adequação entre tarefa e características da criança, refere-se aos benefícios que sua realização pode acarretar para a criança: desde o simples fato de representar novidade (uma tarefa nova, não importando se é leve ou pesada, conta quase sempre com a adesão da criança) até como valorização, mudança de status na família, acesso a privilégios no plano da alimentação, por exemplo (mãe guardar coisas especiais para o filho). Talvez isto se aplique mais aos meninos do que às meninas, e esta observação conduz ao comentário seguinte.

Entre as condições próprias da criança, supostamente avaliadas pelas mães quando da atribuição de uma tarefa, uma condição básica é certamente o gênero. Para as meninas, particularmente no espaço doméstico, o envolvimento em tarefas é natural - *"taken-for-granted"*, tão inerente ao ser menina, que pode nem ser mencionado pelas mães. Em contrapartida, tarefas que envolvam o espaço externo são vistas como mais apropriadas ao menino, que, sempre que possível, é preservado de tarefas dentro da casa. Quando a mãe de Washington recusa sua oferta de ajuda, ou deixa de solicitá-la, isto se deve mais a não considerar apropriado a sexo do que à idade (embora seja idade o fator apontado), uma vez que existe demanda para tarefas mais complexas do que o varrer, por exemplo (carregar trouxa até a casa da freguesa, por exemplo).

O exemplo de Ciane é também típico, neste sentido; não sendo ela a responsável por determinadas tarefas, o relato típico de sua mãe é o de que ela *"não faz nada"*, a não ser brincar e *"pintar"*. O seu envolvimento em determinadas tarefas só foi registrado via observação. Este tipo de situação expressa uma desqualificação do ser criança - no caso de Ciane, o contexto interativo é claramente negativo, em termos de afeto, aspecto sem dúvida de interesse, conforme assinalado por Goodnow e Warton (1991); seu trabalho é, no relato da mãe, pouco ou nenhum, sem proveito. No entanto, Ciane foi sistematicamente vista fazendo mil pequenas tarefas, *"mandados"*, este típico trabalho de criança, que ocupa um tempo relativamente grande, tirado ao brincar (mas nunca ao estudo).

Portanto, o trabalho *"de criança"* define-se, também, como um trabalho fragmentado, relativo ao trabalho do adulto, invisível - mesmo que sua utilidade seja reconhecida pela sabedoria popular, em refrões do tipo *"trabalho de criança é pouco; quem o enjeita, é louco"*.

8. O TRABALHO INFANTIL DEVE REPRESENTAR ECONOMIA DE ESFORÇO E TEMPO MATERNOS

Deve ser ainda considerado o próprio custo da atividade de ensinar, para os pais. A realização da tarefa pela criança só é aceita quando representa economia de esforço e tempo maternos. O ensino intencional só é empreendido face a

circunstâncias de necessidade, ou quando a competência percebida na criança já compensa esse esforço. Neste sentido, diferem do que White e Brinkerhoff (1981, *apud* GOODNOW, 1989) concluem, acerca da preponderância de metas como a aquisição do senso de responsabilidade e da dignidade, sobre o custo de realizar a tarefa com a participação da criança; parecem estar na mesma direção dos dados observacionais produzidos por Rheingold (1982), quando documenta o comportamento dos pais no sentido de evitar interferências não desejadas de crianças muito pequenas - 24 a 30 meses - em tarefas domésticas.

9. APRENDENDO PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

9.1. Racionalizando esforços

Ainda neste tópico, cabe uma observação sobre o quão forte é a aplicação do princípio da racionalidade à organização do trabalho doméstico. As mães engajam-se efetivamente na redução de esforços adicionais; algumas o fazem com perícia, como Neide, por exemplo, que controla as rotinas domésticas dentro de uma verdadeira linha de montagem.

Finalmente, a compreensão do quanto são estruturais, no contexto de desenvolvimento, os arranjos da vida cotidiana, suas rotinas e espaços, e de seu significado enquanto estratégia pedagógica, na fala de Elizabeth, mãe de Tatiana: “Tudo isso é uma maneira de eu ensinar a ela. Educação, qualquer mãe dá é no dia a dia mesmo”.

9.2. Lidando com justiça na divisão do trabalho e aprendendo a negociar direitos

Além disso, essa divisão deve ser eqüitativa: “Aqui cada um tem que ter seu compromisso” (D. Rosa)

Quando a atribuição de tarefas passa a representar sobrecarga, a criança tende a se esquivar delas, envolvendo-se mais com brincadeiras e atividades de sua escolha individual. Um dos episódios analisados no caso de Roseane ilustra este padrão.

Goodnow (1988-b), cuja abordagem da questão do trabalho doméstico é de longe a mais extensa e compreensiva (tornando-se obrigatória a referência constante a seus estudos) sugere, até mesmo, que a consideração do trabalho doméstico focalizando relações interpessoais **contribuiria para a compreensão de problemas concernentes ao trabalho em geral**, a exemplo de uma questão presente na análise de situações implicando coordenação de tarefas de mais de uma pessoa: *quais os princípios distributivos subjacentes?*

9.3. Racionalizando gastos e distribuindo bens eqüitativamente

Na hierarquia das atividades cotidianas voltadas para assegurar a sobrevivência da família, a alimentação tem, sem dúvida, um lugar especial, por ser um item essencial e relativamente escasso. Quanto maior esta escassez, e menor o

montante de recursos disponíveis para angariar alimentos, mais a sua distribuição estará sob o controle estrito da mãe. A esta compete maximizar os recursos e evitar qualquer desperdício. A explicação de uma das mães, abaixo, demonstra o quanto é difícil fazer com que a cesta básica, drasticamente reduzida, continue permitindo preparar o mesmo número de refeições (reduzindo quantidade e qualidade de alimentos em cada uma): “Só a gente pra saber, porque senão, minha filha, o dinheiro não dá. A gente vai comprar um quilo, está mais caro, a gente tem que comprar meio e tem que dar, né isso?” (Dilza)

A passagem desta responsabilidade para as filhas (a divisão de tarefas por gênero, neste modo, será discutida mais adiante) é algo muito sério, e adiada o mais possível. Apenas em uma das famílias (a de Lourdes) a tarefa de cozinhar e servir as refeições estava sob a responsabilidade da filha de 18 anos. Mesmo em famílias como a de Sônia, onde suas irmãs adolescentes (13 e 17 anos) estão ativamente engajadas no preparo das refeições principais (almoço e jantar - este, uma refeição leve, o “café da noite”), é a mãe quem, antes de sair para o trabalho, separa as porções de alimentos para aquele dia. Na maior parte dos casos, na hora das refeições, não é a criança quem faz o próprio prato. Por outro lado, é permitido à criança exercitar a aplicação de noções distributivas, tendo um acesso mais livre a alimentos que não são considerados essenciais.

9.4. Avaliando desempenho

Ainda usando o exemplo da distribuição de alimentos: a atribuição de tarefas nesta área, o lugar do alimento na hierarquia das prioridades domésticas, e sua evidente escassez, interagem com avaliações maternas quanto a competências específicas da criança. Essa avaliação de competências, como no **modo de partilhar 1**, não segue um padrão linear de complexidade crescente, possivelmente pelo valor do recurso em questão - lá, dinheiro; aqui, alimento.

Dessa forma, a competência demonstrada pela criança na execução da tarefa parece ser, muitas vezes, base suficiente para que o adulto lhe atribua tarefas, de forma que ela cumpra sua parte no atendimento das necessidades do grupo. Os episódios analisados documentam que esta atribuição não se dá sem negociações, envolvendo, necessariamente, mudanças ao longo do tempo: à medida em que reavaliam a competência da criança, os pais reajustam seus critérios de atribuição de responsabilidades, quanto à natureza da tarefa e ao compromisso com a mesma. Por sua vez, as crianças farão suas próprias adaptações.

No preparo e distribuição de alimentos, a competência requerida é a do domínio de princípios de justiça distributiva, formulados cotidianamente para a criança em diversas situações, mas para a qual não se reconhece estar pronta uma criança de 10 ou 11 anos. Esta crença liga-se diretamente à escassez de recursos; assim, só se encontra uma criança (de 12 anos ou menos) administrando preparo e distribuição de refeições principais quando não há outra alternativa, ou em situações de emergência como a exemplificada pelo caso de Roseane, que preparou refeições

completas numa situação de crise familiar. No próprio discurso das mães, está dito explicitamente que essa interdição se deve, não à ausência de competência de lidar com panelas, retirar delas a comida, fazer um prato, mas à ausência de um domínio de noções de distribuição equitativa de recursos, particularmente em se tratando de recursos escassos:

Eu deixo elas fazer as coisas no momento em que precise; aí, eu deixo. Agora, não precisando muito eu prefiro fazer, que aí eu sei como é que eu faço, gasto menos, menos óleo, menos tudo, e elas fazendo, não sabe quando custa. E no mercado, eu também não deixo ir, porque eu acredito que só eu mesma (Dilza).

É interessante notar que, na percepção dos *caregivers*, há uma diferenciação quanto ao grau de “saber” necessário à execução de diferentes tipos de tarefas. Assim, requer-se um “saber” para “ensinar deveres”; é preciso “ser competente” para tal. Outras tarefas não são vistas como requerendo um “saber”; qualquer pode executá-las, caso queira. Nem sempre essa percepção é redutível a um enunciado do tipo “quanto mais complexa a tarefa, mais competência é necessária”. O valor da tarefa, complexa ou não, para a família, também determina a quantidade de saber exigido: tarefas ligadas à alimentação, em especial, requerem maior “saber”, independentemente do nível de complexidade específico. Considerando essa relação competência-tarefa-significado da tarefa, há vários sistemas hierárquicos em jogo: ver o caso do cuidar de crianças, essa habilidade tão complexa e que costuma ser delegada a qualquer pessoa, quase sempre sem se considerar uma competência específica (embora haja um tipo de aprovação materna baseado em empatia).

CONCLUSÕES

Na perspectiva do desenvolvimento, considerando a questão de como emerge a responsabilidade e a inserção da criança como membro da família, um primeiro conjunto de conclusões aponta para possíveis mecanismos presentes na aquisição da responsabilidade:

- (a) se a criança demonstra competência para determinada tarefa, então esta lhe deve ser atribuída;
- (b) se a criança executa uma tarefa em circunstâncias de grande necessidade para a família, então não se deve exigir perfeição de desempenho;
- (c) se a criança tornou-se responsável por uma tarefa para a qual mostrou competência, o seu não cumprimento é visto como transgressão e seguido de punição.

Além disso, o engajamento de criança nas práticas cotidianas de significado coletivo para o grupo familiar é responsável pela aquisição de um repertório comportamental básico, em variados domínios (cognitivo, social, afetivo). Ao

exercitar habilidades específicas nestas áreas, a criança discrimina papéis e significados complexos relacionadas à identidade e função sociais do grupo familiar.

O terceiro ponto a ressaltar-se é que o trabalho realizado no âmbito da casa torna-se a principal estratégia pedagógica utilizada pelos pais na educação de seus filhos.

O terceiro aspecto, intimamente ligado ao anterior, é que a educação através do trabalho é vista como **uma estratégia apropriada às classes pobres**. O filho do pobre deve se habituar desde cedo ao trabalho, única garantia de inserção na sociedade (mesmo quando essa inserção é, por princípio, excludente e marginalizante). Diferenças ligadas à classe social aparecem, no discurso dos entrevistados, como uma importante dimensão em torno da qual se constrói a descrição de práticas de criação de filhos. Ontem ou hoje, a agenda de socialização enfatiza, nas famílias pobres, a imposição precoce do trabalho. Como recortes específicos dentro desse enquadre mais geral do ser pobre é que são estabelecidos diferentes significados do trabalho atribuído à criança, variando conforme idade, sexo e posição da criança na família.

Uma observação final, de caráter mais amplo, refere-se a considerar conjuntamente o trabalho doméstico e o *status* próprio do ser criança, o que determina especificidades, em diversos aspectos. Hoje assistimos a mudanças quanto à própria concepção de infância, das quais a mais geral, segundo Zelizer (1985, apud GOODNOW, 1988-b), é a passagem da criança vista como economicamente útil, com um valor especificável, para ser preciosa, inestimável (*priceless*), tratada como sagrada, sentimentalizada. A criança teria sido expulsa, portanto, do mercado de trabalho remunerado, tanto em nome da necessidade de adultos ocuparem esse espaço como para proteção delas próprias.

Parece que têm sido historicamente colocadas em oposição duas justificativas oferecidas para o engajamento da criança em tarefas domésticas: a necessidade que os pais têm desse engajamento, e o valor evolutivo do desempenhar essas tarefas. Confrontam-se, portanto, idéias como a de que o trabalho dignifica o homem, e questionamentos como o feito por Pérez (1990, p.65), do trabalho infantil assumir conotação de vergonhoso quando associado a condições de pobreza e dificuldades financeiras.

As duas concepções de trabalho infantil que Pérez identifica são situadas, portanto, por classe social:

A primeira, liderada pelas classes altas e médias, que estigmatizam o emprego do menor, convertendo-o em um símbolo da incapacidade dos pais para assumir suas responsabilidades econômicas [...]. Aqui, a felicidade das crianças está assegurada se estas não têm responsabilidades laborais e se dedicam apenas aos trabalhos escolares. Para os setores populares, o trabalho não apenas é economicamente necessário, como culturalmente vital. Criados em uma ideologia de culto ao trabalho, o

ócio e o descanso são vistos como fonte de vício e degradação. Nesse sentido, o trabalho é uma defesa contra os perigos que o tempo livre represente e constitui uma obrigação moral dos filhos contribuir para o sustento da família e ser um suporte na velhice.

A depender do contexto, então, o trabalho infantil seria, ou vergonhoso, ou algo lúdico e importante no desenvolvimento moral do indivíduo. Como exercício lúdico, o trabalho poderia converter-se em um importante espaço de socialização, propiciando experiências importantes (o próprio manejo do dinheiro, por exemplo) para autonomia e valorização pessoal.

A pesquisa sobre trabalho doméstico reflete toda essa diversidade de focos de interesse, incluindo, conforme revisões feitas por Goodnow (1988-b, 1989), as seguintes áreas:

- (a) descrição de mudanças históricas em crianças quanto ao trabalho doméstico;
- (b) variações segundo o contexto social (residência urbana ou rural, status sócio-econômico, *background* nacional e étnico);
- (c) correlatos intra-famíliares do engajamento infantil em trabalho doméstico (composição familiar, circunstâncias de vida, tais como mães que trabalham fora, pais ou mães solteiros, número de filhos);
- (d) variáveis da criança (idade e sexo, crenças e normas relacionadas, sistemas de recompensas);
- (e) consequências do ponto de vista evolutivo (impacto sobre qualidades da criança, continuidade ao longo de gerações);
- (f) visões dos pais e das crianças sobre porque e como o trabalho é feito e como deveria sê-lo.

Finalmente, é possível, a partir da presente reflexão, enfatizar alguns pontos importantes para a compreensão da natureza do trabalho infantil no âmbito da família, diferentemente do que ocorre para o trabalho infantil fora de casa (que tem outras implicações, não tratadas aqui). Primeiro, deve-se considerar que tarefas de autocuidado estão mais comumente relacionadas à promoção de habilidades e competência; tarefas realizadas para a família resultariam freqüentemente em um senso de partilhar e pertencer. Desde que há um entrelaçamento de trabalho e relações interpessoais na família, alguns membros (as mães, particularmente), sentem-se injustiçados quando seus familiares não partilham das tarefas domésticas. A natureza dos vínculos familiares impõe o fazer tarefas “por amor” (em oposição ao trabalho externo, feito por dinheiro). Esse vínculo entre amor e trabalho é uma mensagem básica do adulto para a criança.

Outro aspecto diz respeito à própria representação de infância: características percebidas como próprias a uma natureza infantil, seja a idéia de infância como uma época para brincar, e não para trabalhar, seja o reconhecimento de que a criança em idade suficiente para dominar determinadas competências deve desempenhar tarefas em relação às quais se mostra competente.

Finalmente, deve-se levar em conta que circunstâncias especiais na vida de uma família representam ocasião freqüente de atribuição de tarefas, até então sob responsabilidade de outrem, a crianças.

Uma suposição partilhada pelos estudiosos é que o engajamento da criança em tarefas no âmbito doméstico envolve a aquisição de múltiplas habilidades, representando assim uma ocasião rica para investigar tópicos centrais no estudo do desenvolvimento. Goodnow (1988-b) inclui, entre esses tópicos, a natureza do interesse por outros; a forma como habilidades e valores estão envolvidos nos modos de o adulto ensinar o desempenho de tarefas e desenvolver responsabilidade; o focalizar tarefas da criança como uma maneira de explorar aprendizagem orientada pelo adulto (no sentido proposto por Barbara Rogoff e outros); a iniciação em papéis da vida adulta; o crescimento de autonomia; as agendas e tarefas evolutivas na visão dos pais; e, finalmente, o próprio impacto de mudanças históricas nos conceitos prevalentes de criança e de suas obrigações em relação à unidade familiar.

NOTA

¹ Doutora em Psicologia (UnB). Docente do Departamento de Psicologia da UFBA. Pesquisadora II-C do CNPq. Pesquisadora Associada do ISC/UFBA e do Mestrado em Ciências da Família da UCSal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARROYO, M. G.. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In T. T. DA SILVA (Org.). **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BILAC, E.D. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. A organização da vida familiar em uma cidade paulista. São Paulo: Símbolo, 1978.
- GOODNOW, J. J. Work in households: an overview and three studies. In D. IRONMONGER (Ed.) **Households Work**. Sydney: Allen and Unwin, 1989.
- , Parents' ideas, actions, and feelings: models and methods from developmental and social psychology. **Child Development**, 59, 1988, 286-320.
- , Children's household work: its nature and functions. **Psychological Bulletin**, 103, 1988b, 5-26
- , Cultural practices: contributions and questions from the study of household tasks. Comunicação em **Cultural practices as contexts for development: concept and research uses**. SRCD Meeting, New Orleans, 1993.

- GOODNOW; BOWES, J. M.; WARTON, M.; DAWES, L. J. e TAYLOR, A. J. Would you ask someone else to do this task? Parents' and children's ideas about household work requests. **Developmental Psychology**, 27 (5), 1991, 817-828.
- GOODNOW; COLLINS, W. A.. **Development according to parents**. The nature, sources, and consequences of parents' ideas. Hove, UK: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1990.
- GOODNOW; DELANEY, S. Children's household work: task differences, styles of assignment, and links to family relationships. **Journal of Applied Developmental Psychology**, 10, 1989, 209-226.
- GOODNOW; WARTON, P.M. The social bases of social cognition: interactions about work and their implications. **Merrill-Palmer Quarterly**, 37 (1), 1991, 27-58.
- MACHADO NETO, Z. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em famílias proletárias. In: N. AGUIAR (Org.). **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOURA, W. A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. In: A. FAUSTO e R. CERVINI (Org.). **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. São Paulo: Cortez /UNICEF/FLACSO, 1991. 151-194.
- NICOLACI-DA-COSTA, A.M. Repensando a psicologia clínica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 5 (1), 1989, 85-98.
- NYE, F.I; BERARDO, F.M. **The family - its Structure and Interaction**. New York: Macmillan; London: Collier Macmillan, 1973.
- PÉREZ, M. D. El menor trabajador. **Cuadernos de Administración**, 13, 1990, 59-68.
- RHEINGOLD, H. L. Little children's participation in the work of adults: a nascent prosocial behavior. **Child Development**, 53, 1982, 114-125.
- ROGOFF, B.; SELLERS, M. J.; PIRROTTA, S.; FOX, N. e WHITE, S. H. Age of assignment of roles and responsibilities to children. A cross-cultural survey. **Human Development**, 18, 1975, 353-369.
- THRALL, C. A. Who does what? Role stereotypy, children's work, and continuity between generations in the household division of labor. **Human Relations**, 31 (3), 1978, 249-265.
- VALSINER, J. **Culture and the Development of Children's Action**. A Cultural-Historical Theory of Developmental Psychology. Chichester, John Wiley e Sons, 1987.

VALSINER. Qué tienen de "natural" los "contextos naturales"? Construcción cultural del desarrollo humano (y de su estudio). Comunicação apresentada no 230. Congreso Internacional de Psicología Aplicada. Madrid, 1994.

WARTON, M; GOODNOW. The nature of responsibility: children's understanding of "your job". **Child Development**, 62, 1991, 156-165.

ZALUAR, A. As mulheres e a direção do consumo doméstico (estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas). In: ALMEIDA, M.S.K; ARANTES, A.A; BRANDÃO, C.A; CORRÊA, M.; FELDMANN-BIANCO, B; STOLCKE, V; ZALUAR, A. **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.